Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

SAÚDE / Brasil bate triste recorde em 2022, com aproximadamente 5 mil mortes pela doença, e ministério lança campanha para mudar situação. Principais vítimas vêm da população vulnerável

Governo em alerta contra tuberculose

» MARIANA ALBUQUERQUE*

O Brasil bateu, em 2021, um vergonhoso recorde mundial: 5 mil mortes por tuberculose. Por causa disso, o Ministério da Saúde lançou, ontem, a Campanha Nacional de Combate à Tuberculose, cujo objetivo é informar a população sobre a gravidade da doença e que o acesso ao tratamento é fácil e ao alcance de todos.

Segundo a pasta, as principais vítimas da tuberculose são as populações consideradas vulneráveis — pessoas em situação de rua, indígenas, refugiados, pessoas com HIV/Aids e a população carcerária. "Entendemos que são populações e grupos populacionais negligenciados. O foco é nas pessoas e não nas doenças", explicou a ministra Nísia Trindade, no lançamento da campanha.

Casos graves de tuberculose são prevenidos pela vacina BCG, recomendada pelo Calendário Nacional de Vacinação ainda na infância e que pode ser aplicada logo após o nascimento. Até 2018, o índice de imunização se mantinha acima de 95%, mas, desde 2019, a cobertura não passou dos 88%.

Outro foco da campanha são os profissionais de saúde, que nem sempre estão informados sobre a doença, sintomas, formas de transmissão, prevenção, diagnóstico e tratamento. Além de ampliar o acesso ao diagnóstico e às ações de prevenção, Nísia anunciou que Brasil, Índia e Indonésia firmarão o compromisso para ter a tuberculose como uma prioridade para a agenda do G20 — grupo que reúne as 20 maiores economias do planeta.

A tuberculose é a segunda doença infecciosa que mais mata no mundo e apenas 50% dos infectados são diagnosticados, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). O Brasil está entre os 30 países com maior índice de transmissão da doença.

De 2021 para 2022, o número de casos aumentou 5% no país e foram detectados 78.057 novos registros positivos ano passado. A incidência também cresceu 1,4%, mesmo depois de ter diminuído aproximadamente 2% nas últimas duas décadas.

Os estados de Amazonas (84,1 casos por 100 mil habitantes), Roraima (75,9/100 mil) e Rio de Janeiro (68,6/100 mil) são os que apresentam maior risco de adoecimento para suas populações. Treze unidades da Federação registraram coeficiente de incidência superior ao nacional — de 36,3/100 mil **(veja infográfico ao lado)**.

A pandemia de covid-19 também agravou o cenário da tuberculose, uma vez que provocou a redução de notificações sobre a doença. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a crise sanitária e o novo coronavírus limitaram os testes e o tratamento.

Segundo a médica Grasielle Santana, pneumologista do Hospital Santa Lúcia, a tuberculose é responsável por mais de um milhão de mortes por ano em todo o planeta, daí por que a importância da vacina, do diagnóstico e do tratamento correto. "O desincentivo à imunização tem relação com os não imunizados da tuberculose. Campanhas a favor da conscientização contra tuberculose podem ajudar a melhorar esses índices", afirmou.

Ela salienta que o diagnóstico precoce é fundamental para iniciar o tratamento no tempo correto e aumentar as chances de cura, principalmente entre a população que tem maior risco para sintomas graves. Grasielle explica que a tuberculose tem o acometimento mais comum no pulmão, mas também pode afetar outros órgãos e sistemas.

"O tratamento é com antibióticos e dura uns seis meses. É gratuito e está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS). Deve ser realizado acompanhado por equipe multidisciplinar", observa.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Fique atento

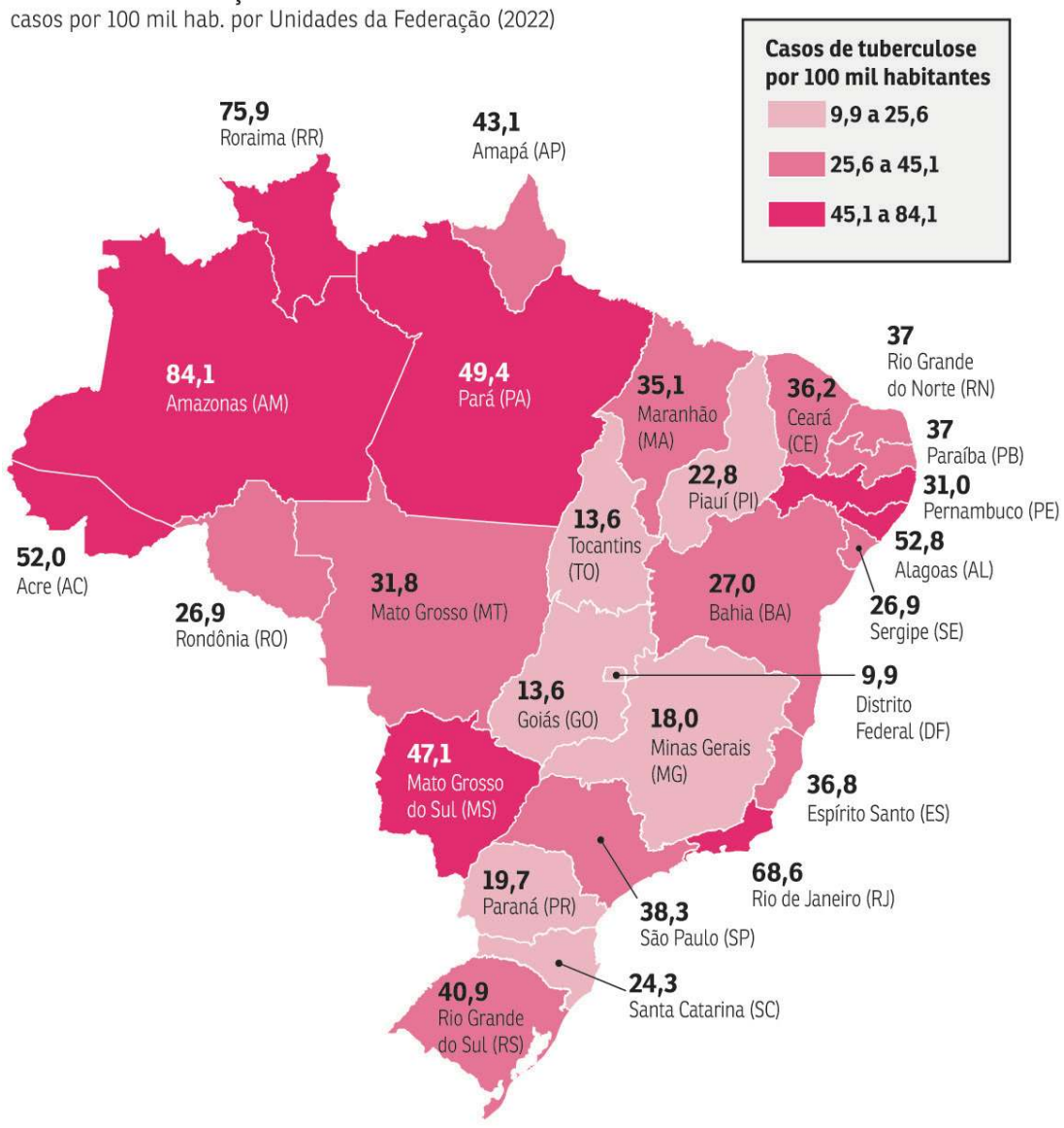
Cuidado para não ser surpreendido pela tuberculose

SINTOMAS:
- Tosse seca ou com catarro e sangue;
- Febre vespertina;
- Sudorese noturna;
- Emagrecimento;
- Cansaço e fadiga.

GRUPOS DE RISCO:
- Crianças com menos de dois anos;
- Idosos;
- Pacientes que tenham alguma condição de baixa imunidade, como diabetes;
- Pacientes da quimioterapia;
- Portadores do vírus HIV com baixa imunidade;
- Dependentes químicos;
- Pessoas que convivem em presídios;
- População indígena.

TRANSMISSÃO:
Inalação de gotículas contaminadas pelo bacilo de Koch, por meio de tosse, fala e/ou espirro

INCIDÊNCIA DA DOENÇA
casos por 100 mil hab. por Unidades da Federação (2022)



Fontes: Sistema de Informação de Agravos de Notificação/Secretarias Estaduais de Saúde/Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNA: 52% abortaram ainda adolescentes

» TAINÁ ANDRADE

A Pesquisa Nacional de Aborto 2021 (PNA 2021) traz um dado assustador sobre a saúde da mulher no Brasil: 52% das entrevistadas fizeram o primeiro aborto ainda na adolescência, com 19 anos ou menos. Realizado pela Universidade de Brasília (UnB), com o apoio da Universidade Estadual do Piauí e da Columbia University, o levantamento ouviu aproximadamente duas mil mulheres que passaram pelo procedimento, das áreas urbana e rural, em 125 municípios.

Os dados coletados assustam porque nenhuma pesquisa realizada anteriormente expôs o número total de abortos realizados durante a vida reprodutiva. "Um dos resultados mais relevantes foi evidenciar que o aborto é um evento frequente na vida reprodutiva das brasileiras. O que chama atenção é a apresentação do aborto como um evento na adolescência. Ou seja, é uma questão de saúde pública de mulheres vulneráveis e, particularmente, de adolescentes", salienta o estudo.

Mais de 1/5 (21%) das mulheres interromperam a gravidez mais de uma vez na vida, sendo que, dessas, 74% são negras. "Revela um subgrupo de mulheres que se deparam com níveis mais altos de vulnerabilidade em suas vidas reprodutivas e que, provavelmente, estão expostas ao aumento de resultados negativos na saúde", explica um trecho da pesquisa.

Débora Diniz, pesquisadora da UnB à frente do levantamento, ressalta a importância de se observar os picos de abortos, já que são criminalizados. "Há uma concentração nas mulheres negras e indígenas, nas muito jovens e nas mulheres com menor escolaridade. Isso vai trazer consequências sobre a criminalização do aborto, que traz riscos, medos, estigmas e perseguições", afirma.

Em 67% dos casos, o último aborto realizado foi no intervalo de idade entre os 20 e os 39 anos. Isso significa que aproximadamente uma a cada sete mulheres interrompeu a gravidez antes dos 40 anos. Para Débora, esse é o retrato da "mulher brasileira comum".

Fernando Frazão/Agência Brasil



Ato pró-aborto: uma em cada 7 mulheres interrompeu gravidez antes dos 40

Mudanças

Ainda de acordo com a pesquisa, em 11 anos observou-se uma redução na decisão da mulher de realizar um aborto ao longo da vida — saiu de 15%, em 2010, para 10%, em 2021. Além disso, o Brasil mantém altas porcentagens de mulheres que não planejaram engravidar — duas a cada três pensam assim. Também há disparidades no uso de contraceptivos entre as mais jovens, pobres, com níveis de escolaridade mais baixos, indígenas e residentes de áreas rurais.

Débora alerta que há meio milhão de mulheres, entre 18 e 39 anos, que realizaram abortos e pelo menos metade precisou ficar internada. Por isso é que, para ela, a discussão do aborto e debate sobre métodos de planejamento familiar e contraceptivos devem ser levados para o currículo escolar, como a educação sexual.

NÚMEROS ASSUSTADORES

52%
dos primeiros abortos foram feitos dos 19 anos para idades menores;

13%,
ou uma em cada sete mulheres, abortaram ao menos uma vez até os 40 anos;

21%
das mulheres tiveram dois ou mais abortos;

74%
das mulheres que abortaram são mulheres negras;

67%
abortaram pela última vez entre os 20 e 39 anos.

TRÂNSITO

Fazenda estuda volta do seguro obrigatório

O governo federal estuda reformular e retomar o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o popular seguro veicular obrigatório. O Executivo já trabalha na elaboração de um novo modelo e pretende anunciar as novidades até o fim do ano.

Extinto em 2021, o seguro poderá voltar a ser cobrado dos contribuintes. "Temos o desafio enorme de refazer o modelo do DPVAT. A gente precisa de um modelo sólido e precisa construí-lo rapidamente, porque tem um ano para fazer isso e ter uma nova arquitetura para esse seguro que é extremamente relevante para a população", afirmou secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto. A afirmação foi feita em evento de lançamento do Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros, organizado pela Confederação Nacional das Seguradoras, em São Paulo, na semana passada.

Procurado para comentar o tema, o Ministério da Fazenda sugeriu o contato com a Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia ligada à pasta que regula o mercado de seguros. O órgão, por sua vez, informou que "tem participado da elaboração de estudos e projeções para propor alternativas para a questão dos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não".

O DPVAT ampara as vítimas de acidentes de trânsito, independentemente do responsável, com coberturas para três naturezas: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas. O seguro foi cobrado no licenciamento dos veículos até 2020. Por determinação do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi extinto em janeiro de 2021 a partir de uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo da mudança seria evitar fraudes.

Corrupção

À época, especialistas criticaram o fim da cobrança, argumentando que seria mais justo para a sociedade que o governo atacasse os casos de corrupção, em vez de extinguir uma prática que já havia sido socialmente aceita há décadas. O governo instituiu um fundo no valor de R$ 4,3 bilhões para substituir o consórcio que fazia a gestão do seguro.

A gestão dos recursos e pagamentos do DPVAT passou a ser feita pela Caixa Econômica Federal, após contrato com a Susep. O modelo recebe muitas críticas nas redes sociais. As vítimas de trânsito reclamam que não dispõem de atendimento presencial e são obrigadas a lidar com um aplicativo com inconsistências.

As indenizações na área somaram R$ 219,4 bi em 2022 e, de acordo com dados preliminares do Ministério da Saúde, foram registradas mais de 31 mil mortes no trânsito e quase 300 mil feridos em 2021. A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) afirma que a o DPVAT traz benefícios para a população como instrumento de proteção social, mas sugere aprimoramentos no novo modelo e defende, por exemplo, uma liberdade de preços.